



**Dr. Aldemir  
Humberto Soares**

Presidente do Colégio  
Brasileiro de Radiologia e  
Diagnóstico por Imagem

**A**s empresas de radiologia e diagnóstico por imagem estão sendo obrigadas a optar pela tributação sob o “lucro real”, em razão dos seus custos operacionais; tais como materiais, medicamentos e quadro de pessoal; estarem situados em torno de 80% do faturamento. Isso significa que mês a mês devem apurar quanto tiveram de lucro e fazer o pagamento do Imposto de Renda.

Este método exige uma contabilidade melhor elaborada, com um maior rigor nas documentações e nos registros contábeis. Mas, teve que ser a escolha de muitos colegas porque com a alteração da alíquota da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), constante na Medida Provisória 135/03, de 3% para 7,6% sobre o total das receitas – mesmo tornando-se não acumulativa – e com direito a abatimento de alguns créditos (basicamente insumos nacionais e depreciação de máquinas e equipamentos) representa um confisco no caso das prestadoras de serviço e das empresas que dependem de inputs importados.

O setor de serviços teve um aumento de cerca de 167% na carga tributária, o faturamento recebeu um corte de 8,45% para 22,57% apenas por contratar mão-de-obra direta, prestar serviços a clientes e ser uma sociedade civil de prestação de serviços profissionais. A alíquota da Cofins sofreu um reajuste de 153% em que pesará também o aumento do Imposto de Renda na fonte, que passará de 1,5% para 6,15%.

O Brasil é o campeão do mundo em tributar a produção e a renda das empresas. Existem taxas para cada etapa da produção, com mais esta representará um acréscimo brutal de carga fiscal proveniente das contribuições do trabalho (salários e remunerações) e da capacidade empresarial (lucro). Ou seja, a cada dia que passa a atividade médica demonstra cada vez mais dificuldade em sobreviver e manter sua qualidade. Agora, o governo contribui para piorar ainda mais a nossa situação.

A aprovação da MP, como foi apresentada, determinará ao Governo Federal em torno de 53% dos possíveis lucros, ou seja, ele torna-se o sócio-majoritário do serviço, sem fazer nenhum investimento. Fica a pergunta, o que o Governo quer?: “Aumento de impostos ou confisco de lucros ou estatização da Saúde?”